

## DE PAREIA X PARALELO: O CONFLITO LINGÜÍSTICO-IDEOLÓGICO ENTRE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E SEUS APOIOS INSTITUCIONALIZADOS

Luzia Marcia Resende SILVA (UFG/CAC)<sup>1</sup>

**RESUMO:** A reflexão que quero compartilhar é fruto de uma pesquisa realizada com trabalhadores rurais que conquistaram a fazenda Nova Santo Inácio/Ranchinho, no município de Campo Florido, na região do Triângulo Mineiro, em 1991. O que me levou a recorrer à linguagem como tema para a reflexão foi a visibilidade das diferenças expressas nas maneiras de falar dos trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra e dos integrantes das chamadas instituições de “apoio”: Igreja Católica, sindicatos e partidos. O tipo de linguagem utilizada por cada um dos grupos coloca para os interlocutores problemas concretos, com profundas implicações na construção das lutas e no fazer-se dos trabalhadores enquanto sujeitos nelas. Para construir a reflexão foram seguidos dois caminhos: um, análise de como essas questões se manifestavam no discurso corrente no assentamento e nas entrevistas gravadas; outro, análise das percepções manifestadas por alguns entrevistados das diferenças existentes entre a linguagem utilizada pelos trabalhadores rurais e a utilizada pelos “grupos de apoio”.

**Palavras-chave:** Trabalhadores Sem-Terra. Instituições de Apoio. Linguagem. Conflito.

**ABSTRACT:** The reflection that I want to share is resulted from a research accomplished with rural workers that conquered Nova Santo Inácio/Ranchinho farm, Campo Florido, Triângulo Mineiro in 1991. What made me to appeal to the language as a theme for reflection was the visibility of the expressed differences in the ways of speaking of the rural workers who were involved in the fight for land and of the members of the “support” institutions: Catholic Church, syndicates and parties. The language type used by each one of the groups brings concrete problems to the speakers, with deep implications in the construction of the fights and in the way the workers act as subjects in these fights. The reflection was divided into two moments: the first one deals with the analysis of how these issues manifest themselves in the current discourse in the settlement as well as in the recorded interviews; the second one has to do with the analysis of the perception manifested by some interviewees of the existent differences among the language used by the rural workers and the one used by the “support” groups.

**Keywords:** Conflict. Language. Support institutions. Fight

Este texto atualiza uma preocupação colocada no processo de pesquisa que realizei junto a trabalhadores que lutavam pela terra na região do Triângulo Mineiro de 1986 a 1996. A pesquisa compôs minha dissertação de mestrado defendida na PUC/SP em 1996. A reflexão incide sobre um problema bastante concreto detectado na convivência com aqueles trabalhadores, qual seja, o modo como trabalhadores rurais antes distantes dos movimentos políticos, passaram a lidar com o que chamei de “discurso militante”.

Transformar-se num trabalhador em luta pela terra, para esses grupos de trabalhadores rurais, significou, construir para si novo território e também uma nova cultura, à medida que na luta foram postos em articulação com uma série de sujeitos sociais que antes sequer figuravam no rol de suas relações; enfrentaram também uma série de situações e disputas antes inimaginadas. Essa nova cultura é, no entanto, edificada a partir de suas tradições.

Foi tentando refletir e compreender este fazer-se que busquei pistas no campo da linguagem. Busquei, neste campo, compreender as relações dos trabalhadores no interior do próprio grupo e com os outros sujeitos sociais, levando em conta as diferenças políticas e culturais, uma vez que as dificuldades/diferenças encontradas no nível da linguagem são significativas de outras diferenças, pois como diz Bakhtin (1992), “(...) a palavra é a arena onde se confrontam valores sociais contraditórios (...) a comunicação verbal implica conflitos, relação de dominação e resistência, adaptação ou resistência(...)”

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutora em História Social pela PUC/SP, professora do Curso de História do CAC/UFG desde 1995. E-mail: luzia.marcia@uol.com.br

Pensando a linguagem como articulação da cultura, da experiência social<sup>2</sup>, o que estou afirmando é que falar linguagens diferentes significa possuir visões de mundo diferentes, perspectivas de vida diferentes, valores e projetos sociais também diversos.

Buscando caminhos para compreender o fazer-se dos trabalhadores na luta, percebi que, entre os trabalhadores rurais envolvidos na luta pela terra e os integrantes das chamadas instituições de apoio (igrejas, sindicatos, movimentos sociais organizados de diversas matizes, partidos políticos etc.), havia significativas diferenças, apesar de estarem juntos na luta. Estas diferenças saltavam aos olhos através do discurso, do tipo de linguagem utilizada por cada um dos grupos. Isto colocava para os interlocutores problemas concretos com profundas implicações na construção das lutas e no fazer-se dos trabalhadores enquanto sujeitos nelas.

O problema que coloquei como gerador da discussão foi, como os trabalhadores em luta pela terra lidavam com as diferentes linguagens com as quais foram postos em contato a partir da inserção na luta, principalmente com a utilizada pelos integrantes das instituições de apoio, e como o campo da linguagem se apresentou como espaço de poder, de disputas políticas, mas também como espaço de reconhecimento dos grupos e de cultura, expressando permanências, mudanças e resignificação de valores.

Buscar compreender experiências sociais (THOMPSON, 1981) a partir da linguagem implicou, pensar na pluralidade, heterogeneidade de sujeitos envolvidos e ressaltar que as aglutinações levaram em consideração pontos de identificação existentes entre estes sujeitos, e foram estes pontos que nos permitiram pensá-los enquanto grupos.

Eder Sader (1991), no seu trabalho “Quando novos personagens entram em cena”, apontou para as possibilidades de se trabalhar com a linguagem e fez um exercício de recuperação ou detecção das matrizes discursivas às quais os sujeitos envolvidos nos movimentos sociais recorreriam para produzirem seus discursos, seus sistemas de comunicação, a partir da década de 70. Seriam, segundo ele, 3 agências ou centros que elaboraram no cadinho da crise pela qual passavam, essas matrizes discursivas. A Igreja Católica: a matriz discursiva da teologia da libertação, que emergiu das comunidades de base, com raízes profundas na cultura popular; os grupos de esquerda: a matriz marxista, que tinha a seu favor a sistematicidade teórica; e o “novo sindicalismo”: a matriz sindicalista que se centrava no seu lugar de agenciador dos conflitos trabalhistas.

Compreendo que todas estas agências, apesar da pluralidade, tiveram no corpo teórico do marxismo um veio de constituição discursiva, inclusive a matriz discursiva da teologia da libertação. Isto, de certo modo, se tornou um ponto de identificação, um referencial comum entre elas. Conceber desta maneira permitiu que eu, por comodidade, agrupasse esses discursos sob a designação de “discurso militante”, não deixando, porém, de estar atenta ao fato de que este “discurso militante” é originário dos membros dos diferentes “grupos de apoios” - Igreja Católica, sindicatos e partidos.

Entre os trabalhadores em luta pela terra a heterogeneidade era ainda maior, mas os tomei enquanto grupo por estarem se construindo enquanto tal na luta. Falar, no entanto, que na luta, o que temos são trabalhadores com trajetórias diferentes, se forjando enquanto grupo portador/construtor de uma nova cultura, não significa pensar que neste fazer-se estariam se homogeneizando, porque cada um viveu a experiência da luta a partir de sua trajetória anterior. Isso significa dizer que, o modo como cada trabalhador lidou com o discurso militante também se deu de modo heterogêneo. Deste modo para contrapor e traçar as diferenças e conflitos entre sua linguagem e o “discurso militante” a designei de “linguagem dos trabalhadores rurais”. É importante ressaltar também que ao estabelecer esta divisão de grupos enquanto portadores de discursos elaborados sobre diferentes matrizes discursivas, não desconsiderei, o fato de que os trabalhadores rurais uma vez envolvidos na luta pela terra se faziam como militantes, ao contrário, o objetivo foi surpreender exatamente este processo, através do modo como lidavam com a linguagem.

Para traçar a heterogeneidade na composição do grupo, perceptível na linguagem, tomei alguns trechos das falas de dois entrevistados bastante diferentes. Buscar selecionar falas para essa comparação tendo a linguagem como preocupação, obrigou-me pontuar o papel da memória e a natureza da entrevista. Os trechos selecionados colocaram-me diante da perspectiva de que os entrevistados falam de suas trajetórias na luta, mas o fazem no momento histórico da entrevista, portanto a partir dos seus referenciais como trabalhadores já com a experiência da luta. Trazer de volta trechos da entrevista onde os sujeitos falavam da inserção na luta implicou realçar os contornos da compreensão de como a partir de suas tradições/valores/costumes, cada um destes trabalhadores vivenciou diferentemente a experiência coletiva da luta. “Barroso” reconstruiu assim sua decisão de se engajar:

---

<sup>2</sup>Vide a este respeito Willians, Raymond. *Marxismo e Literatura*, Zahar, RJ, 1979.(pag 27- 49)

(...) Bem... assim, a origem é própria origem social da gente, onde a gente nasceu, quem qui era a minha família, as condições qui nós nascemos. Meu pai e minha mãe sempre moraram em fazendas... arrendatários... não, num chegaram a ser arrendatários... mas impregados de fazenda, agregado. E na véspera aí do... no começo de setenta, final de sessenta... então teve uma onda muito grande... incentivada pelo governo militar do êxodo rural (...) e assim não foi diferente com meu pai, minha mãe e meus irmãos. Aí, nós mudamos pra vila, e mesmo aí ainda tivemos condições de tocá uma rocinha (...) eu era criança, saía da escola e ia pra roça no período da tarde. Depois num teve condição de tocá mais roça (...) até qui, depois, eu cursei até quinta, sexta série e, aí, aos dezesseis anos eu fui pro seminário (...) saí com 25 anos, e foi aí que eu tive oportunidade desta formação teórica, mais letrada, mais não perdi o sentimento de minhas origens de trabalhador rural, de gente pobre, de sofredor. Quando eu saí do seminário (...) fui dar aula... mas me deparei com a construção do movimento de luta pela terra, alí, naquele lugar (...) aí conhecendo as pessoas (...) eu comecei a dar minha contribuição (...) passei a sofrer ameaças e tive que fazer uma opção. Só tinha dois caminhos: ou assistir o movimento à distância, ser um admirador ou um simpatizante sem me envolvê... ou o contrário, deixá a escola e entrá de vez no movimento e eu preferi a segunda hipótese e preferi o movimento com todas suas conseqüências, todos os seus desdobramentos.

Dona “Zefa” Munhoz:

(...) Pois é! O motivo dessa luta aqui... nós morava no estado de Minas aqui, depois nós mudemo po istado do Mato Grosso, né!? Minha mãe mor... meu pai morreu, depois nós mudemo po istado de Mato Grosso pa ficá junto cum ela... aí depois meu cunhado... meu marido pegô sirviço na fazenda, nós mudamo pa fazenda, trabaiano... e aí meu cunhado resorveu dá uma vorta aqui na Limeria e aí houve esse convite pra ele dessa terra aqui... aí ele falô assim pra nós: - Vamos, vamos nós tudo pra lá... vamo na terra... vamo lá conquistá a terra pra nós. Aí eu falei... - Ah! “Töin” que qui ocê acha, eu vô ô não? Ele falô: - Vai, uai, cê vai e eu fico. Aí nós ficamo 4 ano... Aí eu vim pra cá pa bera da pista, passano dificuldade, meu marido pra lá duente... mais de veiz im quando eu ia lá vê ele. E eu fiquei aí sozinha mais uma fia, a Maria e a Adriana e, aí, depois de muntos tempo, uns seis meis, mais ô meno, eu falei: - Agora eu vô lá buscá a turma pra vim tudo pra cá.

Na fala de Dona Zefa e do Barroso existem semelhanças e diferenças. A linguagem dos dois expressa suas práticas sociais. Dona Zefa, era uma trabalhadora rural, sem escolaridade e recompõe sua trajetória remontando-a através de frases entrecortadas e construídas sob referencias daquilo que estou tomando como linguagem dos trabalhadores rurais. Ao se expressar ela não se preocupou com o uso da língua, não demonstrava nenhuma preocupação em trabalhar a linguagem para marcar seu lugar social, verbalizava suas lembranças como estas lhe apareciam.

A fala do Barroso, ao contrário, aponta para uma compreensão da utilização da linguagem como lugar de poder. Portador da mesma origem social de Dona Zefa, seu discurso era marcado por sua trajetória de escolarização, sua formação como seminarista. No conjunto dos assentados Barroso era ao mesmo tempo, de dentro e de fora do seu meio social. Assim ao ser entrevistado Barroso marcava sua presença no uso da língua, muito mais próxima ao português padrão. Buscando erigir um discurso que o representasse enquanto intelectual que se transformou em militante sem terra depois de ter tido uma infância semelhante á de dona Zefa. A fala do Barroso é uma elaboração, as frases tem uma estratégia.

Dona Zefa não se incomoda em dizer que entrou na luta por acaso, não há heroísmo na sua fala, possivelmente se ela pertencesse ao grupo daqueles que como disse seu Munhoz, “participa muito de reunião, movimento”, tivesse criado algum tipo de narrativa heróica para sua entrada na luta.

Um ponto comum que podemos perceber entre a narrativa de Dona Zefa, e do Barroso é que eles não iniciaram o movimento, se inseriram nele quando a luta já está em curso e o fizeram de perspectivas bastante diferenciadas. Ela se integrou como mais uma trabalhadora rural a pleitear um pedaço de terra. Ele, ao assumir a posição de acampado o fez como liderança entre os trabalhadores rurais. Seu discurso foi o discurso de quem queria construir sua imagem pública. Dona Zefa não tinha essa preocupação em seu horizonte, sua narrativa era a da história vivida era um esforço de memória. A narrativa do Barroso foi elaborada com a intenção de marcar seu lugar social e construir sua imagem, nele podemos visualizar com muito mais ênfase a perspectiva da memória como elaboração.

Retomar trechos da entrevista de pessoas com trajetórias tão diferentes, quanto a D. “Zefa” e o “Barroso”, ajudou-nos a identificar a heterogeneidade existente entre os trabalhadores rurais em luta, o que

redundava em atuações/participações também diversificadas no contexto dela, dimensionando o problema das aglutinações, mas explicitando também um fato relevante, apesar das diferenças, tanto “Barroso” como “D. Zefa” fazem parte do grupo de “sem terra” que ocuparam e conquistaram a fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho.

Além da possibilidade de pensar a problemática de traçar as diferenças e conflitos entre a linguagem “dos trabalhadores rurais que lutaram pela conquista da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho” e o “discurso militante” através de uma análise de como essas questões se manifestavam no discurso corrente dos trabalhadores capturado nas gravações se colocava uma outra opção que me pareceu instigante no momento em que a pesquisa de campo se realizava que era a de junto com os trabalhadores rurais entrevistados, refletir sobre as diferenças existentes entre a linguagem utilizada por eles e a utilizada pelos “grupos de apoio” e debater com os entrevistados se percebiam tais diferenças e como as percebiam.

José Maria questionado nesta direção refletiu assim:

(...) Eu acho qui essa coisa da linguagem é um negócio muito importante (...) e a dificuldade se dá é... aqui pra nós, quando vai pra cidade... se a gente vai pr’um outro lugar quê as pessoa fala dum jeito, cê vai tê dificuldade de cunversá, então a gente vai tê qui procurá um jeito mais face de cunversá com a pessoa, lá. Da mesma forma, o pessoal qui vem pra cá, né!? Quê o trabalhadô rural ele tem um jeito de falá um jeito simplis (...) assim a gente fala muito, assim... mais fala com os braço, articulano, do quê mesmo a própria voz... se a gente fô apurá o qui a gente fala meso, certo, é muito poco...

A reflexão que José Maria fez sobre a questão da linguagem apontava uma clareza a respeito das diferenças colocadas no modo de se expressar oralmente utilizado pelos grupos colocados em contato na luta, marcando a linguagem como lugar de reconhecimento dos grupos. De um lado um “modo de cunversá” dos outros, que ele identificava como vivendo em outro lugar, nas cidades, por exemplo. De outro lado “nóis” os trabalhadores rurais. José Maria atribuiu adjetivos aos modos de “cunversá” dos grupos e afirmou estar aí, as dificuldades que obrigavam os grupos quando em contato “procurá um jeito mais face de cunversá”. José Maria adjetivava a linguagem dos trabalhadores rurais como: simples e mais marcada por gestos que pelo uso da voz. Por contraste aponta a maneira utilizada pelos “outros” como o modo “certo” de falar. Podemos notar na reflexão de José Maria quando interrogado sobre esta questão uma elaboração que tentava dialogar com o preconceito lingüístico (BAGNO: 1999) apontando a peculiaridade do modo de se expressar dos trabalhadores rurais. Importante na colocação de José Maria era a narração da experiência de vivenciar dificuldades de comunicação com os chamados grupos de apoio e também o empenho em estabelecer mecanismos que superassem as diferenças postas no campo da linguagem para o estabelecimento das alianças necessárias como trabalho de todos.

Outro exemplo da linguagem como espaço de reconhecimento dos grupos foi dado pelo Seu Lourival. Segundo ele, o “Barroso”<sup>3</sup> não era visto como trabalhador rural, porque não falava a linguagem dos trabalhadores rurais:

(...)“Barroso”, pur exemplo, sufria pra caramba! Existia um preconceito de qui ele num podia i lá negociá porque ele não era trabalhadô, ele não se apresentava como trabalhadô... e coitado do “Barroso” fazia o impussive pra falá errado - Oh! mais eu tô pelejano pra falá certo cê ta pelejano pra falá errado!? É preconceito se eu tô pelejano pra falá certo, purque acho qui o qui você fala é qui tá certo eu sô preconceituoso tamém(...) e é isso sempre a gente vê, esse custume de querê... de querê mudá essas coisas, mais a gente tem qui vivê c’oas diferenças... mais quando eu tô pelejano pra mudá é qui eu num quero convivê c’oas diferença”.

A situação vivida na luta e citada como exemplo por seu Lorival, além de marcar que as diferenças postas no campo da linguagem, identificavam os grupos, aponta para os modos como no caso dessa luta, foram feitos diversos usos dessas diferenças pelos trabalhadores que localizavam com muita precisão a linguagem como um campo de luta. O modo como Seu Lourival abordou a questão do preconceito lingüístico também merece destaque uma vez que enfatizou que os trabalhadores rurais estavam, não só conscientes da desvalorização social de sua forma de se expressar, como muitas vezes, compartilhavam da

---

<sup>3</sup> Barroso, ex-seminarista, professor de filosofia, que se envolveu com a luta pela terra e assumiu, ao lado de seus irmãos, o lugar de trabalhador que pleiteava terra e foi assentado ao invés de permanecer na condição de apoio. Tornou-se uma importante liderança na luta pela terra no Triângulo Mineiro.

supervalorização da linguagem padrão, uma vez que este é um valor social hegemônico, mas ele situa a luta em torno destas questões da linguagem como uma luta que devia ser colocada no conjunto das lutas contra preconceitos e a favor do respeito às diferenças.

Os depoentes apontavam pelo menos duas dificuldades colocadas no campo da linguagem: Uma dizia respeito ao uso da linguagem padrão e outra à incorporação do discurso militante. Os membros das entidades de apoio conjugavam em suas formas de se expressar tanto a utilização de um dialeto padrão ou próximo dele, quanto elaboravam um discurso recheado de termos incompreensíveis para os trabalhadores rurais elaborados no cadinho da matriz marxista de discurso.

A propagação de um “discurso militante” no meio dos trabalhadores foi significativa, de modo que era comum se ouvir falar em fazer revolução socialista, em modo de produção, burguesia, produção coletiva, massificação do movimento, etc... principalmente no âmbito das lideranças e, especialmente, em ocasiões de reuniões e encontros, o que por si só já era significativo. Isto sempre me inquietava. Essa inquietação tornou-se preocupação, quando, participando de um encontro que visava discutir a oficialização de um novo movimento de luta pela terra na região do Triângulo Mineiro, vi que o documento proposto para discussão prévia do estatuto<sup>4</sup> estava recheado de expressões tais como: Oligarquias, massas camponesas, proletarização, caráter revolucionário, socialismo, e comecei a perceber um silêncio durante a plenária, poucos se aventuravam a se posicionar, e mesmo no âmbito das lideranças, quando falavam o Seu Lourival ou o Seu “Zé Missias”, não faziam uso de nenhuma dessas palavras para se expressarem, pelo contrário utilizavam-se de diversas metáforas, ligadas à vivência dos trabalhadores rurais. Indagado sobre esta questão Seu Lourival, na sua condição de liderança, disse:

(...) o trabalhador rural não entende a gente. A verdade é essa. Ontem eu aproveitei o povo junto lá no “Barroso” e chamei uma reunião (...) e eu falei: - Vem cá, vamo fazê uma reunião e discuti alguma coisa, né!? Pur exemplo, lá voceis num falaro nada sobre a avaliação do incontro, eu quiria ouvi de voceis o que voceis pensaro do incontro. E... fizemo a reunião. Aí um falô: - Eu num falei nada, pur isso e isso, não intendo nada, oto: - Eu num intendo nada. E tal e tal (...)

As dificuldades de comunicação entre os trabalhadores rurais e militantes que apoiavam a luta pela terra ou mesmo suas lideranças locais era evidente. A barreira posta no campo da linguagem provocava o silêncio, inibia a participação dos trabalhadores rurais nas discussões, no conjunto das lutas isso tanto podia ser visto como um problema que precisava ser solucionado, quanto podia ser estrategicamente usado para impor rumos e direções à luta sem muita discussão. A narrativa de Seu Lourival aponta um interessante ponto para reflexão, qual seja o fato de que as dificuldades de entendimento entre os grupos era alvo de debate entre os trabalhadores rurais e suas lideranças, ou no mínimo que esta questão era um problema político de conhecimento de todos.

O Seu Lourival dizia que, pessoalmente, já não encontrava mais dificuldades com a linguagem, pois aprendera a dominar, em seus longos anos de luta, o “discurso militante”. Reportando-se ao que estava escrito no documento proposto como estatuto para o novo movimento de luta pela terra, disse que os trabalhadores só conseguiriam dominar o “discurso militante” através de formação política. Como a linguagem é expressão da prática social, pleitear que os trabalhadores rurais passassem a dominar o discurso militante significava pleitear a necessidade de adesão deles e de seus projetos aos das chamadas “entidades de apoio”. Este tipo de postura revelava vinculação a uma perspectiva de que cabia às lideranças e às entidades de apoio dizerem aos trabalhadores os rumos da luta. Seu Lourival se queixava do fato de os cursos de formação política serem dados por pessoas que não se preocupavam em se fazer entender pelos trabalhadores, inibindo-os e dessa maneira retardando os avanços da luta. Os avanços da luta significando o empreendimento de ações na direção dos projetos defendidos pelas entidades de apoio. Exemplifica assim a dissonância entre a linguagem dos militantes e a dos trabalhadores:

(...) Agora se as palavras... pra mim a palavra “concepção”, pur exemplo, ês num intende, ês vão intendê “oligarquia”? “oligárquicos”? O trabalhado não intende isso, se não for por um... por uma formação (...) ih! é muitas palavras...”paralelo”, o trabalhado não sabe o qui

<sup>4</sup> A pré proposta de estatuto para o movimento, que não vingou, se intitulava: Consolidar uma organização autônoma e independente dos trabalhadores rurais sem- terra na perspectiva do socialismo. No tópico II fala em (...)Derrotar as oligarquias reacionárias e, mais adiante,(...)Convencer a esquerda do caráter revolucionário que tem a luta pela reforma agrária no Brasil (...) Elaborar um programa que seja claro para as massas camponesas e para aquelas que estão em processo de proletarização. (grifos meus) O documento segue recheado do referido vocabulário.

é paralelo, porquê ês falam “di pareia”, né!?... uma coisa par. Aí cê fala paralelo, ês num entende, não! E é pur isso... eu acho qui é pur isso que as coisas demoram acontêcê, eu acho... a gente fala muito em formação... é... as entidades... a CUT, os Sindicato... fazê trabalho de formação (...) aí vem um cara, me desculpe, lá da universidade, lá ... e vem com as mesmas palavras... né!? Cê fala “paralelo” e vai embora e o cara fica cum vergonha de lhe perguntá... porque você, pra ele, tá lá incima, né!? (...) tem vergonha de levantá a mão pra falá! (...)

O modo como Seu Lourival trabalhou esta questão deixa entrever pelo menos duas questões importantes que às vezes se antagonizavam. Uma a demanda vinda de seu veio de liderança que pleiteava que os trabalhadores incorporassem a linguagem militante, ou seja, seu projeto de luta. Outra sua condição de trabalhador rural que reclamava que as palavras escolhidas por intelectuais militantes para se expressarem não faziam parte do repertório utilizado pelos trabalhadores rurais daí a dificuldade de entendimento. É possível notar em sua forma de narrar, o tom de rancor contra aqueles que se colocando como aliados políticos dos trabalhadores rurais em luta pela terra, traziam consigo arraigadas em sua cultura, práticas de exclusão. O modo indignado como seu Lourival discutiu a questão deixava entrever a clareza de que as barreiras postas no campo da linguagem são talvez tão difíceis de derrotar quanto as “oligarquias” às quais se referem os militantes. Isso me faz pensar que vários são os impecilhos colocados no sentido de construir uma sociedade mais igualitária e que as barreiras colocadas fora do campo econômico são tão significativas quanto estas. Nesse sentido é importante pensarmos que nossas lutas contra o preconceito precisam incluir com grande urgência a luta contra o preconceito lingüístico, porque ele segrega e coloca enormes barreiras. Precisamos incluir a luta pelo respeito às diferenças lingüísticas na mesma agenda que consta as diferenças a favor das quais já estabelecemos uma tradição de luta tais como: etnia, religião, gênero.

Pensar as diferenças existentes entre trabalhadores rurais em luta pela terra e militantes de diversos movimentos que os apoiavam, bastante visíveis na linguagem, me parece instigante para refletirmos sobre os tipos de relações que constituem, os interesses que criam entre eles algum ponto de identificação e as relações de poder que se estabelecem nessa relação. Por que existe a noção, entre os intelectuais, de que os trabalhadores, não só devem compreendê-los, como devem absorver seu discurso? A resposta a esta questão se liga a uma perspectiva de que eles devem dar a direção da luta e incorporar ou aderir à linguagem significa aderir aos projetos e práticas. Por que afirmam os trabalhadores que quem quiser trabalhar com eles é que deve compreendê-los e deve aprender a trocar palavras? Esta demanda pode evidenciar uma compreensão de que eles são os sujeitos da luta e têm para ela suas próprias definições, práticas e projetos. Questões como estas, identificadas no nível da linguagem, me fizeram interrogar sobre os projetos de cada grupo na relação e sobre as disputas de poder estabelecidas entre “militantes das entidades de apoio” e “trabalhadores rurais” na luta pela terra.

O Seu José Pretinho, que aprendeu a ler durante a luta, perguntado sobre a questão da linguagem utilizada pelos militantes das entidades de apoio a igualou a uma língua estrangeira, afirmando que tinha grandes dificuldades para o entendimento:

(...) o jeito de falá ... inclusive nós, no assentamento aqui... teve muita oportunidade de munta gente avançá mais na questâ política, como num avançô, justamente nesse sintido mesmo, porquê... vamo sipô se eu, as veis tenho uma facilidade, ... a veis, de intendê a ota language, pur exempo, né!? E sai... vamo supô... tem qui í em tal lugá...Belo Horizonte ... então eu vô, chego lá, eles falam nota língua... eu tenho facilidade de intendê, eu intendo, chego aqui, eu repasso... na minha language, não na language qui eu ovi lá, mais qui eu sei o que qui é. Agora, tem otos cumpanhero, quando a gente fala assim: - Tem qui í em Belo Horizonte (...) - Ah! eu num posso í não! Pur quê? - Ah! porque eu num sei falá... Num é qui ele num sabe falá, ele sabe falá, sim. Só que ele sabe falá na nossa language, na ota language ele num entende e se ele intendê, chega aqui, ele num sabe repassá, aí ele vai ficano pra trais (...) seria bom assim, vamo sipô, ... você...você é uma deputada... o dia qui eu saísse daqui e fosse lá no seu gabinete cunversá cum você, você tivesse as duas língua pa você falá pa mim na ota língua qui eu intendo (...) e pa você me intendê (...) qui, as veis, eu falo na minha language, ele num entende, eu num resorvo nada... Porquê num resorvi nada? Muita gente vai dizê - ah! é porque num tem capacidade! Num é porque num tem capacidade... é porque eu num sube ispressá aquilo na language que ele entende(...).

Este recorte da fala do Seu “Zé Pretinho” é exemplar da percepção da linguagem, tanto como espaço de identificação dos grupos, quanto como campo de disputa política e espaço de poder entre eles. Seu “Zé

Pretinho” realça de modo claro que muitas dificuldades no encaminhamento da luta foram provocadas pela falta de entendimento entre os trabalhadores rurais e seus “apoios”. Seu “Zé Pretinho” colocava como elemento importante para os avanços políticos em torno da luta o diálogo entre trabalhadores e grupos de militantes que os apoiavam, mas reconhecia que falavam linguagens diferentes e que a construção da luta requeria um entendimento. Os trabalhadores rurais sabiam que sem a presença e participação dos grupos de apoio a luta se tornaria muito difícil, inclusive á época, um grupo de assentados no município de Gurinhatã, se desentendeu com os grupos de apoio e optou por prescindir da presença dos mesmos. O resultado foi que o acampamento se desfez por falta de visibilidade política. De tal maneira que dialogar e se valer da experiência e estrutura dos chamados “grupos de apoio” foi uma opção que os trabalhadores rurais fizeram na perspectiva de construir os encaminhamentos para a luta. Descortinar, no entanto, a linguagem destes militantes, traduzi-la em sua própria linguagem, significava portanto, confrontar distintas experiências, práticas e projetos e construir um “entendimento”, ou seja um caminho que pudessem compartilhar. Quando Seu “Zé Pretinho” afirmou que os trabalhadores rurais “sabem falar” reforçando o valor e o lugar da linguagem dos trabalhadores, mas que o avanço político requeria o diálogo com outras linguagens, tarefa para a qual muitos trabalhadores não estavam preparados, assim como muitos militantes, e reivindicava que como “apoios” os militantes é que deveriam conhecer as “duas” linguagens para ajudarem mais aos trabalhadores rurais na luta foi como se afirmasse a primazia dos trabalhadores como sujeitos na luta.

O Seu Munhoz, perguntado sobre como lidava e entendia palavras como reforma agrária, socialismo, revolução, disse: “(...)são palavras que a gente quase num usa... usa muito quem participa de reuniões, de movimento... as veis quando chega a hora d’ocê falá uma palavra dessa aí, as veiz, cê já fala otra que contemplô (...)”.

Seu Munhoz, fez uma consideração interessante, apontando que entre os assentados existiam aqueles que participavam muito de movimento, reuniões, talvez se referisse aos que assumem papel de lideranças, e “a gente” ou seja aqueles que se dedicavam mais intensamente ao trabalho da roça, importante é perceber que, segundo ele, “a gente” usava outras palavras, mas que contemplavam segundo sua experiência, o que eventualmente as outras pudessem querer dizer ou seja Seu Munhoz não se referiu a dificuldades na compreensão do discurso militante.

A atribuição de significados diferentes a palavras de uso corrente entre os militantes, com significados já cristalizados dados sobre alguns referenciais marxistas, pode apontar pistas para entendermos a questão de como cada grupo (“militantes” e “trabalhadores”) possuía seu próprio projeto, no que tange à luta e seus objetivos tomemos como exemplo “coletivo”. Que formas de atuação, cada trabalhador ou grupos de trabalhadores no interior do “coletivão”, consideravam como mais interessantes ou justas? Como pude perceber, pelos depoimentos de vários trabalhadores, nas diversas realidades pesquisadas, a variedade era dada através do modo como cada trabalhador, a partir de sua experiência de vida, trabalho e participação na luta, interpretava ou realizava seus projetos no contexto da nova situação experimentada, aceitando, rejeitando, alterando ou modificando propostas de organização coletiva que lhes eram colocadas pelas “entidades de apoio”.

Para uma parte dos trabalhadores, os “individuais”, ser coletivo estva estritamente ligado a se manterem ligados ao grupo pelo sentimento de pertença como “acampados” ou “assentados”, participando nas associações, nas assembléias, se comprometendo com a participação em atividades que tivessem a ver com o “acampamento” ou o “assentamento” como um todo. Para uma outra parte, além desse compromisso com o acampamento ou assentamento, ser “coletivo” implicava na manutenção de uma cooperação entre pessoas organizadas em grupos menores para a realização do cultivo das roças, cooperação esta que se dava em vários níveis e que contemplava uma variedade de formas de participação: divisão de produção em partes iguais, independente do número de trabalhadores envolvidos; divisão em partes iguais com igual número de trabalhadores; divisão por produção ou número de dias trabalhados; cada um ter sua roça no seu lote e trabalho em forma de mutirão de dias trocados; divisão da roça coletiva para que cada um soubesse onde era a sua parte, com trabalho em forma de mutirão; coletivização da produção, ao invés do trabalho, etc... Em todos esses tipos de experiência de coletivo, os assentados moravam nos próprios lotes. Para algumas famílias do assentamento da Nova Santo Inácio, aqueles que pretendiam construir uma agrovila, ser “coletivo”, no entanto, além de implicar na participação no assentamento como um todo, além da cooperação no trabalho, onde o produto era dividido de acordo com as necessidades de cada um, era, também, manter os lotes em comum, morar em uma agrovila, receber o dinheiro em grupo, etc...

No que diz respeito às diferenças na definição, no entendimento que se tinha de “Reforma Agrária” (não perdendo de vista a noção de linguagem como articulação da experiência social ativa e em transformação), tinham por base as diferentes práticas que eram efetivadas desde o momento que tiveram

início discussões preparatórias para as ocupações, dependiam de todos os passos dados com relação à organização e construção do território. Levando-se em conta a pluralidade existente entre os trabalhadores pesquisados, podemos dizer que, entre eles, haviam os que absorveram totalmente a definição proposta pelas entidades de apoio, os que absorveram parcialmente e outros que resignificaram completamente.

Poder-se-ia dizer que, à exceção daqueles que tinham em vista os modelos de organização propostos pelas entidades de apoio, os demais trabalhadores encaravam a “luta” como um processo em construção, que ia tomando forma dia a dia, tanto que dentre os acampados ainda não existia um projeto de organização para os futuros assentamentos e o projeto do assentamento Nova Santo Inácio/Ranchinho continuava sofrendo alterações dadas pelas necessidades diárias. O que todos sabiam é que estavam lutando para terem o direito a um pedaço de terra. Ter um pedaço de terra, para estes trabalhadores, significava ter um lugar onde pudessem morar e sobreviver com dignidade, o que era representado num primeiro momento no direito de:

(...)tê um pão na mesa pros filho(...)  
(...) um leitinho fresco pra tomá e oferecê pros amigo(...)  
(...)comê um requeijão; podê apanhá uma melancia e comê junto com a família(...)  
(...)comê um bife acebolado(...)  
(...)deu vontade comê um frango, falá: - Mete o pau num desses, aí(...)  
(...)plantá o sustento da família(...)  
(...)podê comprá um remédio quando pricisá(...)  
(...)tê uma roupa, um calçado; podê dá um istudo pum filho; acordá de manhã cedo, chegá na porta, olhá e falá: - Graças a Deus, é nossa(...)  
(...)podê trabaia hora que quisé, do jeito que quisé(...)

E num segundo momento: “(...)tê um conforto miô; tê uma casa de material; podê comprá um carrinho; vivê de verdade”.

A “Reforma Agrária” não tinha definição apriorística para a maioria dos entrevistados, a melhor definição dada por eles era “luta”, pois nos ajudava a entender como viam o processo.

Pensar a linguagem como articulação da cultura e a luta pela terra como um processo que coloca em relação uma diversidade enorme de sujeitos oriundos de diferentes universos, fundamentalmente, que os trabalhadores se constróem como sujeitos em luta pela terra no decorrer da luta e que, no encontro de culturas diferentes, o que temos é inevitavelmente a transformação delas, a incorporação pelos trabalhadores, de parte do discurso militante ou da linguagem mais próxima ao português padrão, ou linguagem jurídica etc... é parte do fazer-se destes trabalhadores como “trabalhadores em luta pela terra” que têm suas culturas de trabalhadores rurais de antes da “luta” modificadas pela inserção na “luta”, também no nível da linguagem. Gestarem-se no interior da luta, como portadores de uma nova cultura, portanto uma nova linguagem, um novo território, e é isso que os faziam serem “trabalhadores rurais em luta pela terra.

### Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *O preconceito lingüístico: o que é e como se faz*. 2ª ed, São Paulo: Loyola, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 6ª edição, São Paulo: HUCITEC, 1992.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram Em Cena*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

THOMPSON, E.P. *A miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.